



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.leg.br

EMENDAS AO PROJETO DE LEI Nº 037, DE 07 DE ABRIL DE 2022

Substitua o art. 24 do Projeto de Lei nº 037 de 07 de abril de 2022 que passará ter a seguinte redação:

“Art. 24. O processo de licenciamento ambiental e a aprovação nos órgãos de proteção do patrimônio, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada observando a legislação ambiental federal, estadual e municipal aplicada à atividade.”

Suprima-se o parágrafo único do artigo 24 do Projeto de Lei nº 037 de 07 de abril de 2022.

Igarapava-SP, 27 de abril de 2022

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

CARLOS ROBERTO RODRIGUES LIMA

Presidente da Comissão de Justiça e Redação

GÉLIO JOSÉ PRECIOZO

Vice-Presidente da Comissão de Justiça e Redação

CARLA ADRIANA MENDONÇA PRADO

Membro da Comissão de Justiça e Redação



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624
CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 60.243.409/0001-60
SITE: igarapava.sp.leg.br

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Justiça e Redação, nos termos do que dispõe o art. 55, parágrafo único, inciso II, e art. 158, §§ 2º e 3º, ambos do Regulamento Interno da Câmara Municipal de Igarapava-SP, delibera por apresentar emenda substitutiva e emenda supressiva ao Projeto de Lei nº 37, de 07 de abril de 2022, conforme exposto acima, pelo fundamento a seguir.

A Lei Nacional nº 13.116/2015 que estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações que deve ser observada por todos os Entes da Federação, assim dispõe:

Art. 2º O disposto nesta Lei tem por objetivo promover e fomentar os investimentos em infraestrutura de redes de telecomunicações, visando, entre outros:

- I - à uniformização, simplificação e celeridade de procedimentos e critérios para a outorga de licenças pelos órgãos competentes;
- II - à **minimização dos impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais;**

(...)

Art. 4º A aplicação das disposições desta Lei rege-se pelos seguintes pressupostos:

- I - o sistema nacional de telecomunicações compõe-se de bens e serviços de utilidade pública e de relevante interesse social;
- II - a regulamentação e a fiscalização de aspectos técnicos das redes e dos serviços de telecomunicações é competência exclusiva da União, sendo vedado aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal impor condicionamentos que possam afetar a seleção de tecnologia, a topologia das redes e a qualidade dos serviços prestados;
- III - (VETADO);
- IV - as prestadoras devem cumprir integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis a sua atividade econômica, em especial as relativas à segurança dos usuários dos serviços, sendo passíveis de responsabilização civil e penal em caso de descumprimento;
- V - a otimização dos recursos proveniente do compartilhamento de infraestrutura deve ser revertida em investimentos, pelas prestadoras dos serviços, em sua ampliação e modernização,



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624
CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO
CNPJ: 60.243.409/0001-60
SITE: igarapava.sp.leg.br

bem como no mapeamento e georreferenciamento das redes a fim de garantir ao poder público a devida informação acerca de sua localização, dimensão e capacidade disponível;

VI - o uso racional dos recursos e a modernização tecnológica das redes e de sua infraestrutura de suporte, com vistas a reduzir o impacto ambiental, devem nortear permanentemente as decisões das prestadoras;

VII - aos entes federados compete promover a conciliação entre as normas ambientais, de ordenamento territorial e de telecomunicações;

VIII - a atuação dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal não deve comprometer as condições e os prazos impostos ou contratados pela União em relação a qualquer serviço de telecomunicações de interesse coletivo.

(...)

Art. 7º As licenças necessárias para a instalação de infraestrutura de suporte em área urbana serão expedidas mediante procedimento simplificado, **sem prejuízo da manifestação dos diversos órgãos competentes no decorrer da tramitação do processo administrativo.**

§ 1º O prazo para emissão de qualquer licença referida no caput não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação do requerimento.

§ 2º O requerimento de que trata o § 1º será único e dirigido a um único órgão ou entidade em cada ente federado.

§ 3º O prazo previsto no § 1º será contado de forma comum nos casos em que for exigida manifestação de mais de um órgão ou entidade de um mesmo ente federado.

§ 4º O órgão ou entidade de que trata o § 2º poderá exigir, uma única vez, esclarecimentos, complementação de informações ou a realização de alterações no projeto original, respeitado o prazo previsto no § 1º.

§ 5º O prazo previsto no § 1º ficará suspenso entre a data da notificação da exigência a que se refere o § 4º e a data da apresentação dos esclarecimentos, das informações ou das alterações pela solicitante.

§ 6º Nas hipóteses de utilização de mecanismos de consulta ou audiência públicas, nos processos a que se refere o caput, o prazo previsto no § 1º deste artigo não será postergado por mais de 15 (quinze) dias.

§ 7º O prazo de vigência das licenças referidas no caput não será inferior a 10 (dez) anos e poderá ser renovado por iguais períodos.

§ 8º Será dispensada de novo licenciamento a infraestrutura de suporte a estação transmissora de radiocomunicação por ocasião da alteração de características técnicas decorrente de processo de remanejamento, substituição ou modernização tecnológica, nos termos da regulamentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE IGARAPAVA

PODER LEGISLATIVO

PÇA. JOÃO GOMES DA SILVA, 548 – FONE/FAX (16) 3172-1023 – 3172-5624

CEP. 14540-000 – ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ: 60.243.409/0001-60

SITE: igarapava.sp.leg.br

§ 9º Será dispensada de novo licenciamento a infraestrutura de suporte a estação transmissora de radiocomunicação com padrões e características técnicas equiparadas a anteriores já licenciadas, nos termos da regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

§ 10. O processo de licenciamento ambiental, quando for necessário, ocorrerá de maneira integrada ao procedimento de licenciamento indicado neste artigo.

Art. 9º O Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) disciplinará o procedimento de licenciamento ambiental a que se refere o § 10 do art. 7º. (grifei)

Da leitura dos artigos supratranscritos, constata-se que os entes federados devem promover a conciliação com as normas ambientais, de ordenamento territorial e telecomunicações, bem como visar a minimização dos impactos ambientais, devendo o processo de licenciamento ambiental ocorrer de forma integrada ao licenciamento. E, nota-se que deverá ocorrer a manifestação de diversos órgãos no decorrer do procedimento. Verifica-se que a norma geral, em momento algum, dispensa a manifestação dos órgãos responsáveis.

O artigo 24, em sua redação originária, estabeleceu uma faculdade e, após a expiração do prazo estipulado, consoante parágrafo único, será concedida a licença sem a manifestação dos órgãos competentes. Logo, se distanciou da norma nacional geral que rege a matéria.

Ante o exposto, o Projeto de Lei Municipal se afastou dos ditames da norma geral que rege a matéria, motivo pelo qual deliberamos por substituir o artigo 24 e suprimir o parágrafo único do artigo 24 do Projeto de Lei nº 037, de 07 de abril de 2022.